

CARL MENGER

A ORIGEM
DO DINHEIRO

Tradução de
Maria Ramos

Índice

I.	Introdução	11
II.	Tentativas de solução até ao momento	17
III.	O problema da génese de um meio de troca.....	25
IV.	Mercadorias mais ou menos vendáveis	31
V.	Sobre as causas dos diferentes níveis de venda de mercadorias.....	41
VI.	Sobre a génese de um meio de troca.....	49

VII. O processo de diferenciação de mercadoria que se tornou um meio de troca e os demais processos	59
VIII. Como os metais preciosos se tornaram em dinheiro	69
IX. Influência do poder soberano.....	79

I

INTRODUÇÃO

Há um fenómeno que há muito tem atraído de forma peculiar a atenção dos filósofos sociais e de economistas pragmáticos: certas mercadorias (sendo estas, em civilizações avançadas, peças cunhadas de ouro e prata, acompanhadas posteriormente por documentos que representam essas mesmas moedas) se tornarem um meio de troca universalmente aceite. É óbvio, mesmo para uma pessoa menos inteligente, que uma mercadoria deve ser entregue pelo seu proprietário em troca de outra que lhe seja mais útil. Mas cada unidade económica de uma nação estar disposta a trocar os seus bens por pequenos

discos de metal aparentemente inúteis *per se*, ou por documentos que os representem, é um procedimento tão oposto ao curso normal das coisas, que não podemos deixar de perguntar a nós próprios se até mesmo um pensador insigne como Savigny não acharia isto muito «misterioso».

Não se deve presumir que a *forma* da moeda, ou do documento, utilizada como moeda corrente constitua o enigma deste fenómeno. Podemos afastar-nos dessas formas e voltar aos primórdios do desenvolvimento económico, ou mesmo ao que ainda existe em alguns países, em que encontramos os metais preciosos em estado não cunhado como meio de troca, e até mesmo outras mercadorias como gado, peles, caixas de chá, placas de sal, conchas, etc.; ainda assim, como ainda nos confrontamos com este fenómeno, temos de explicar por que motivo o Homem económico está disposto a aceitar um certo tipo de mercadoria, *embora não precise dela, ou se a sua necessidade dela já estiver satisfeita*, em troca de todos os bens que trouxe para o mercado, ainda que seja, no entanto, exatamente

aquilo de que precisa em primeira instância no que toca aos bens que pretende adquirir no decurso das suas transações.

E daí decorrem, desde os primeiros ensaios de contemplação reflexiva de um fenómeno social até aos nossos dias, uma cadeia ininterrupta de dissertações sobre a natureza e as qualidades específicas do dinheiro na sua relação com tudo o que compõe o comércio. Filósofos, juristas e historiadores, assim como economistas, e até mesmo naturalistas e matemáticos, já se dedicaram a este problema notável, e não há povo civilizado que não tenha fornecido a sua quota-parte à abundante literatura sobre o assunto. Qual é a natureza destes pequenos discos ou documentos, que por si só parecem não servir nenhum propósito útil, e que, no entanto, contradizendo o resto da experiência, passam de mão em mão em troca das mercadorias mais úteis, ou melhor, qual a natureza destes pequenos discos ou documentos pelos quais cada um está ansiosamente empenhado em entregar os seus produtos? Será o dinheiro parte orgânica do mundo das mercadorias ou

uma anomalia económica? Devemos atribuir o seu papel comercial e o seu valor no comércio às mesmas causas que condicionam as de outros bens, ou serão eles o produto evidente da convenção e da autoridade?

« O enigmático fenômeno do dinheiro, ainda hoje, não tem uma explicação que nos satisfaça; nem há ainda acordo sobre as questões mais fundamentais da sua natureza e funções. »

II

TENTATIVAS DE SOLUÇÃO ATÉ AO MOMENTO

Até agora, dificilmente se pode afirmar que os resultados da investigação do problema mencionado são comensuráveis quer com o grande desenvolvimento da investigação histórica de modo geral, quer com o tempo e intelecto despendidos nos esforços para encontrar a resposta. O enigmático fenómeno do dinheiro, ainda hoje, não tem uma explicação que nos satisfaça; nem há ainda acordo sobre as questões mais fundamentais da sua natureza e funções. Atualmente, ainda não temos uma teoria satisfatória sobre o dinheiro.

A ideia que se apresentou inicialmente para uma explicação da função específica do dinheiro como meio de troca corrente universal foi compará-lo com uma convenção geral ou uma disposição legal. O problema, que a ciência tem aqui de resolver, consiste em dar uma explicação para o curso de uma ação geral e homogênea dos seres humanos quando envolvidos no comércio, que, tomado concretamente, contribui, de modo inquestionável, para o interesse comum, e que, no entanto, parece entrar em conflito com os interesses mais próximos e imediatos dos contraentes. Perante tais circunstâncias, que poderia ser mais contíguo do que a noção de remeter o procedimento anterior para causas fora da esfera das considerações individuais? Assumir que certas mercadorias, sobretudo os metais preciosos, foram exaltadas como meio de troca por convenção geral ou lei no interesse do bem comum, resolveu a dificuldade, e resolveu-a, aparentemente, da forma mais fácil e natural, com a forma das moedas a parecerem um símbolo de regulamentação estatal. Esta é, na verdade, a opinião

de Platão, Aristóteles e dos juristas romanos, seguida de perto pelos escritores medievais. Mesmo os entendimentos mais modernos da teoria da moeda não foram substancialmente além deste ponto de vista.¹

Testada mais de perto, a suposição subjacente a esta teoria deu margem para sérias dúvidas. Um acontecimento de notoriedade tão óbvia e de importância tão elevada mundialmente como o estabelecimento por lei ou a convenção de um meio de troca universal certamente teria ficado gravado na memória do ser humano, ainda por cima porque teria de ser realizado num grande número de locais. No entanto, nenhum monumento histórico nos dá ligações dignas de confiança de quaisquer transações que confirmem um reconhecimento distinto aos meios de troca já em uso, ou que se refiram à sua adoção por povos de cultura comparativamente recente, e muito menos que atestem uma iniciação dos

¹ Cf. Roscher, *System Der Volkswirtschaft*, I sec. 116; *my Grunsatze der Volkswirtschaftslehre*, 1871, p. 255, et seq.; M. Block, *Les Progres de la Science economique depuis A. Smith*, 1890, II. p. 59, et seq.

primeiros tempos da civilização económica no uso do dinheiro.

E, de facto, a maioria dos teóricos sobre este assunto não se limita à explicação do dinheiro como foi afirmado acima. A adaptabilidade peculiar dos metais preciosos para fins monetários e de cunhagem foi notada por Aristóteles, Xenofonte e Plínio, e, em muito maior escala, por John Law, Adam Smith e seus discípulos, que procuram uma explicação adicional da escolha feita para meios de troca, pelas suas qualificações específicas. Todavia, é claro que a escolha dos metais preciosos pela lei e convenção, embora feita em consequência da sua adaptabilidade específica para fins monetários, pressupõe a origem pragmática do dinheiro e a seleção desses metais, e esse pressuposto não tem base histórica. Nem mesmo os teóricos acima mencionados enfrentaram honestamente o problema que devia ser resolvido, tentando compreendê-lo e explicar como sucedeu que certas mercadorias (os metais preciosos em certas fases da cultura) fossem promovidas entre o leque completo de todas as

outras mercadorias e aceites como um meio de troca geralmente reconhecido. É uma questão que diz respeito não só à origem, mas também à natureza do dinheiro e à sua posição perante todas as outras mercadorias.